



## HÁ MEMÓRIA ENTRE OS BECOS: IMBRICAÇÕES PSICOSSOCIAIS NOS TERRITÓRIOS NEGROS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

*Maria Eduarda Delfino das Chagas<sup>1</sup>*

*Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial, Criciúma, SC, Brasil.*

*Fernanda da Silva Lima<sup>2</sup>*

*Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, SC, Brasil.*

*Priscila Schacht Cardozo<sup>3</sup>*

*Universidade do Extremo Sul Catarinense, Curso de Graduação em Serviço Social, Criciúma, SC, Brasil.*

**Resumo:** Este artigo é fragmento do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia. Nele, por meio de pesquisa bibliográfica amparada na epistemologia feminista negra decolonial, via escrevivência, busco responder a seguinte indagação: qual é o território de Becos da Memória e como se engendram os vínculos comunitários? Para isso, no

---

<sup>1</sup> Psicóloga (CRP 12/21939) graduada pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2021). Residente no Programa Multiprofissional em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial pela mesma instituição (2022). É pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Gênero e Raça (NEGRA/UNESC) e Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Pesquisadora na área da Psicologia, com ênfase nas temáticas: Psicologia Social, Relações Étnico-raciais, Territórios, Políticas Públicas. E-mail: [medelfinochagas@gmail.com](mailto:medelfinochagas@gmail.com). ORCID: [orcid.org/0000-0003-2780-0705](https://orcid.org/0000-0003-2780-0705)

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unesc (Mestrado em Direito). Professora na disciplina de Direitos Humanos na UNESC. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Raça (NEGRA/UNESC). Vice-líder do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa Direitos Humanos, Cidadania e novos direitos com interesse nos seguintes temas: Teoria Crítica dos Direitos Humanos, Relações Raciais, Feminismos Negros, Infâncias, Estudos Anticoloniais. E-mail: [felima.sc@gmail.com](mailto:felima.sc@gmail.com). ORCID: [orcid.org/0000-0001-7406-0020](https://orcid.org/0000-0001-7406-0020)

<sup>3</sup> Doutoranda em Saúde Coletiva (UFSC), Mestra em Saúde Coletiva (UNESC), Graduação em Serviço Social (Uniasselvi) e Graduação em História (bacharel/licenciatura - UNESC). Pós-graduada em Gestão em Saúde (UFSC), Pós Graduada em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social (UNESC - Bolsista UNIEDU) Pós Graduada em Impactos da Violência na Escola (FIOCRUZ) e Pós Graduada em Rede de Atenção à Pessoa Com Deficiência (CER/UNESC). Atualmente trabalho na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, nas Clínicas Integradas em Saúde e como Coordenadora e Docente no Curso de Graduação em Serviço Social, docente no curso de Psicologia e na Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Defendo os feminismos, a luta antirracista e a luta antimanicomial. E-mail: [prish\\_cardozo@hotmail.com](mailto:prish_cardozo@hotmail.com). ORCID: [orcid.org/0000-0002-4625-2794](https://orcid.org/0000-0002-4625-2794)



primeiro tópico apresento Conceição Evaristo e suas escrituras. No segundo, discorro sobre o conceito de territórios negros e analiso como imbricações psicossociais nos territórios negros de Becos da Memória, situando a Política Nacional de Assistência Social. Por fim, questiono de que forma os becos - territórios - produzem memórias, embasada na Psicologia Social e na produção de subjetividades.

**Palavras-Chave:** Becos da Memória; Conceição Evaristo; Escrituras; Territórios Negros; Política Nacional de Assistência Social.

### THERE ARE MEMORIES BETWEEN THE ALLEYS: PSYCHOSOCIAL IMBRICATIONS IN CONCEIÇÃO EVARISTO'S BLACK TERRITORIES

**Abstract:** This article is a fragment of the Psychology Course Completion Work. In it, through bibliographical research supported by decolonial black feminist epistemology, via escritura, I seek to answer the following question: what is the territory of Becos da Memória and how are community bonds engendered? For this, in the first topic I present Conceição Evaristo and her writings. In the second, I discuss the concept of black territories and analyze how psychosocial imbrications in the black territories of Becos da Memória, situating the National Social Assistance Policy. Finally, I question how the alleys - territories - produce memories, based on Social Psychology and the production of subjectivities.

**Keywords:** Becos da Memória; Conceição Evaristo; Escritura; Black Territories; National Social Assistance Policy.

### HAY MEMORIAS ENTRE LOS CALLEJONES: IMBRICACIONES PSICOSOCIALES EN LOS TERRITORIOS NEGROS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

**Resumen:** Este artículo es un fragmento del Trabajo de Finalización del Curso de Psicología. En él, a través de una investigación bibliográfica apoyada en la epistemología feminista negra decolonial, a través de la escritura, busco responder a la siguiente pregunta: ¿cuál es el territorio de Becos da Memória y cómo se engendran los lazos comunitarios? Para eso, en el primer tema presento a Conceição Evaristo y sus escritos. En el segundo, discuto el concepto de territorios negros y analizo cómo imbricaciones psicossociales en los territorios negros de Becos da Memória, situando la Política Nacional de Asistencia Social. Finalmente, cuestiono cómo los callejones - territorios - producen memorias, a partir de la Psicología Social y la producción de subjetividades.

**Palabras-clave:** Becos da Memória; Concepción Evaristo; Escritura; territorios negros; Política Nacional de Asistencia Social.

### IL Y A DES SOUVENIRS ENTRE LES RUELLES: IMBRIFICATIONS PSYCHOSOCIALES DANS LES TERRITOIRES NOIRS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

**Résumé:** Cet article est un fragment du travail de fin de cours de psychologie. Dans ce document, à travers une recherche bibliographique soutenue par l'épistémologie féministe noire décoloniale, via escritura, je cherche à répondre à la question suivante : qu'est-



ce que le territoire de Becos da Memória et comment les liens communautaires sont-ils engendrés ? Pour cela, dans le premier sujet, je présente Conceição Evaristo et ses écrits. Dans la seconde, je discute du concept de territoires noirs et analyse comment les imbrications psychosociales dans les territoires noirs de Becos da Memória, situant la politique nationale d'assistance sociale. Enfin, je m'interroge sur la manière dont les ruelles - territoires - produisent des mémoires, en m'appuyant sur la Psychologie Sociale et la production de subjectivités.

**Mots-clés:** Becos da Memória ; Conception Evaristo ; Escrivência; Territoires noirs ; Politique nationale d'assistance sociale.

## INTRODUÇÃO

Situo este trabalho num Brasil que passa dos 609.000 mortos – contabilizados – por Covid-19. Uma doença para a qual já existe vacina, mas que, por um projeto de governamentalidade da morte, não chegou à ampla população rapidamente, da maneira como almejamos. Neste mesmo cenário, as políticas estatais sofrem achatamentos e desmontes contínuos, que chegam nas políticas de assistência social por meio de desemprego generalizado, o fim dos pagamentos do Programa Bolsa Família, na criminalização da pobreza. Toca o campo da psicologia com um demasiado adoecimento montado pelo neoliberalismo, pela medicalização da vida, pelo desgosto profundo. Uma teia não fragmentada.

O trabalho de conclusão de curso encerra o ciclo convencional da graduação. Para mim, esse ciclo foi construído por encruzilhadas de saber. Na psicologia, ampla em possibilidades de atuação, fui apresentada a diversos dispositivos sobre os quais poderia pensar meu projeto. Entretanto, minha formação não se fez nessa via, tão e somente; é nas divergências com o campo que me encontro. Busco, por um viés de reconhecimento, locais onde poderia produzir minhas pesquisas por epistemologias outras.

Em 2018, conheço a Professora Dra. Fernanda da Silva Lima e integro o Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Feminismo[s]. Em 2019, o grupo altera seu nome e identifica-se enquanto NEGRA – Núcleo de Estudos em Gênero e Raça. No mesmo ano, a convite da Professora Fernanda e da Professora Dra. Lucy Cristina Ostetto, passo a atuar como bolsista extensionista. O projeto de extensão buscou fora dos muros da universidade o aprendizado junto ao movimento negro do município. É junto às mulheres negras da ENEB – Entidade Negra Bastiana que a experiência acadêmica fez sentido, me proporcionando a partilha de memórias, saberes,



lutas e conquistas por meio das vivências generosas de outras mulheres negras. Perceber isso, obstinada no compromisso ético-político - esse que eu aprendo com as psicólogas sociais -, é meu ponto de partida. Não apenas do trabalho e do investimento na/com a pesquisa, mas da ampliação do olhar sobre mim mesma.

Tanto nas atividades no grupo de pesquisa como nas atividades da extensão, a literatura negra e afro-brasileira sempre foi bibliografia e suporte. Maria Firmina, Carolina Maria de Jesus, Audre Lorde, Conceição Evaristo, dentre outras, se valiam da escrita narrativa e poética para denunciar o que o campo de pesquisa das relações raciais também fazia. Maria Firmina que, ainda num contexto escravagista brasileiro, abolia a própria identidade e publicava textos que nos possibilitam remontar sua época; Carolina Maria de Jesus, que traduzia em seu diário a miséria e a fome, e os despejos de um país que, numa recém abolição da escravatura, configurava a morte da população negra por outras vias; Audre Lorde, mulher-cis, lésbica, feminista negra, que do norte da América e nas suas viagens à Europa, escrevia sobre a importância de abrir as feridas coloniais e transgredir o silêncio; e Conceição Evaristo, contemporânea, que escreve e verbaliza que, mais do que o local onde se possa falar, é preciso que sejamos ouvidas.

É pelas escritas livres de eufemismos, que rasgam o cerne através das palavras e atravessam o corpo de formas múltiplas, que escolho atravessar os Becos da Memória, escrito por Conceição Evaristo, para dimensionar os sentidos do território desde a literatura, passando pela política pública de assistência social. Assistência social que, não pelo acaso, foi o *território* que me levou ao curso de Psicologia, ainda em 2016, um ano antes do ingresso no curso. Território político que não ampara os Becos, enredado no livro no auge do projeto de desfavelização. Para compreender quais as garantias de vida possíveis a partir dos vínculos comunitários, a PNAS é trazida aqui.

A psicologia enquanto campo científico e prático, cartografa territórios que extrapolam limites e fronteiras geográficas, escutando aqueles que contornam o cotidiano, atravessam as histórias de vida, produz sujeitas, informa passabilidades sociais. Nos Becos por onde Maria-Nova cresce, elaboram-se seus olhares que vêem as chagas sociais, que vê tristeza nos olhos de sua Mãe Joana, que ouve o luto não verbalizado de seu Tio Totó. A psicologia enquanto amarração epistêmica nos fornecerá subsídios para potencializar as intervenções da assistência social nas comunidades. Deste território que enseja vida apesar das vulnerabilizações impostas que me valerei neste trabalho: territórios negros, pobres e feminilizados.



Proponho com a produção, logo, seguir o problema: qual é o território de Becos da Memória e como se engendram os vínculos comunitários? A hipótese que formulo é que tais territórios, retratados na literatura ficcional, são cadências da segmentação da sociedade brasileira e suas repetições coloniais, e por tal, informam raça, classe, sexualidade, geração; territórios negros.

Para analisar os sentidos do território a partir da proposta de revisão de literatura, inicio o trabalho apresentando a escritora Conceição Evaristo e suas escrevivências. Sigo perseguindo o conceito de território no que nomeio como produção de becos, perpassando autoras e distinções de sentidos. Ainda, objetivando compreender as imbricações dos territórios, analiso como imbricações psicossociais nos territórios negros de Becos da Memória, situando a Política Nacional de Assistência Social. Por fim, questiono de que forma os becos - territórios - produzem memórias, calçada da epistemologia feminista negra decolonial, que pretende enxergar as violações de direitos pelo espaço que moram para a efetivação da vida de mulheres negras.

Trata-se de uma pesquisa em Psicologia de revisão bibliográfica e proposta decolonial, que não cabe na moldura do que o cientificismo supostamente neutro tem colocado como padrão e produto final. Como tal, a desobediência violentamente pacífica que canta Racionais MC's<sup>4</sup> e guia Conceição Evaristo na escrita, é a que me inspiro enquanto método. A escrevivência incita minha leitura e análise, motivada pela sabotagem do raciocínio colonial-moderno do saber e do ser.

### A CONCEIÇÃO ENTRE AS MEMÓRIAS

Conceição: 1.

ANTIGO

ato ou efeito de conceber, gerar; concepção.

ANTIGO

faculdade de formar ou criar ideias, de inventar, imaginar; concepção.

Meu primeiro contato com Conceição Evaristo se deu em 2018, na leitura de “Olhos d’água” (2016), um livro que, parafraseando a autora, costurou a vida com fios de ferro. Apesar de ficcional, o livro nomeia histórias de mulheres negras, vida, paixões e

---

<sup>4</sup> RACIONAIS MC's. Capítulo 4, versículo 3. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YLa77FGfkY8&ab\\_channel=RacionaisTV](https://www.youtube.com/watch?v=YLa77FGfkY8&ab_channel=RacionaisTV). Acesso em 09 nov 2021.



dores, livre eufemismos, de maneira voraz. Os múltiplos cotidianos que a autora perpassa situam-se em periferias da vida, de corpos e famílias marginalizadas, lixões, favelas, becos. Conceição não se furta de denunciar a morte, a miséria, as mazelas e explana, como diz Jurema Werneck na introdução, um mundo que existe. Uma literatura de ação, de corpos presentes, de palavras que se movem.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, nasceu em Belo Horizonte no ano de 1946. Crescida na favela do Pindura Saia, como a própria salienta, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1973, após se formar em 1971 no curso normal do Instituto de Educação de Minas Gerais. Atuou como professora do ensino primário e, em 1976, aos 30 anos, ingressou no curso de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Interrompe o curso em 1980 devido ao nascimento da filha, retorna e conclui no ano 1989. Sua trajetória acadêmica ainda passa pelo mestrado em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1996, e pelo doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense em 2011.

Bárbara Machado (2014), remonta a história da escritora situando-a no contexto social-político da época. Pontua como a vida de Conceição Evaristo cresce, desenvolve-se e migra num momento em que eferve-se no país a atuação dos Movimentos Negros. A Frente Negra Brasileira (1931-1938), Teatro Experimental do Negro (1944-1961) e Movimento Negro Unificado (1978-atual), mobilizam e apontam para o que Lélia Gonzalez (1982) chama de significante negro, uma diversidade de temas e saberes construídos e resgatados pelos movimentos, combinados no Brasil que passava pelo período ditatorial, de industrialização e urbanização (GONZALEZ, 2020 [1985]).

Pertinente que aponte-se tal sincronicidade de fatos uma vez que, parte da pauta política dos Movimentos Negros se deu - mas não se resume à - estética e enaltecimento da identidade e cultura negra. Conceição em suas auto-apresentações, coloca que a negritude nunca lhe foi questionada, em suas palavras: “impressionava-me desde pequena essa cor parda. Como seria essa tonalidade que me pertencia? Eu não atinava qual seria? Sabia sim, sempre soube que sou negra” (EVARISTO, 2010, p.11). Logo, nomeia o racismo que lhe acompanha desde a infância enquanto aluna até a fase adulta, na sua labuta enquanto escritora literária.

Minha passagem pela escola não tinha sido a de uma aluna bem comportada. Esperavam certa passividade de uma menina negra e pobre, assim como da sua família. E não éramos. Tínhamos uma consciência, mesmo que difusa, de nossa condição de pessoas negras, pobres e faveladas. (EVARISTO, 2010, p. 14)



Partindo dessas primícias, pode ser observado que a literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor. Interessante observar que determinados estereótipos de negros/as, veiculados no discurso literário brasileiro, são encontrados desde o período da literatura colonial (EVARISTO, 2005, p. 52).

Da insubmissividade de ser sabendo-se quem se é, Conceição se inscreve como escritora expoente da Literatura Afro-brasileira a partir do que ela conceitua como Escrevivência. Em “Becos da Memória” (2017), apresenta o termo ao descrever um romance ficcional que (con)funde-se com sua vida. É possível pontuar que a partida são as lacunas de representação de mulheres negras na escrita literária, mas que aí não se finda. bell hooks (2019), situada desde os Estados Unidos da América, defende que amar a negritude é um ato revolucionário. Apresenta este enquanto um movimento de resistência que surge no contexto de segregação e abre espaço para descolonização<sup>5</sup> do amor pela comunidade.

Partir desta integração me leva a compreender a Escrevivência como uma escrita-ação que rompe com mecanismos de controle da branquitude acadêmica, uma epistemologia feminista negra<sup>6</sup>. Conceição Evaristo (2003), nos coloca que a dupla face desta é, justamente, a identidade e a diferença no interior da linguagem. No espaço da literatura, especificamente, que tardiamente reconhece escritores, poetas e educadoras negros e negras como Cruz e Sousa (1861-1898), Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Antonieta de Barros (1901-1952), Conceição arromba o mercado editorial com sua escrita narrativa.

Como prontamente a escritora avisa, “a gente combinamos de não morrer” (2018), e pela via da vida traduzida nos livros, nos denuncia o racismo, machismo e classismo que circundam sua história pessoal e laboral. Tanto é que, “Becos da Memória”, obra que escolho para este trabalho, levou 26 anos para ser publicado. O livro é descrito como “ficções da memória” da escritora e, neste espaço para o verismo e a invenção, na narração de Maria-Nova, há o fundamento de escrever através da experiência. Que, em

---

<sup>5</sup> A "descolonização" adotada pela tradução de bell hooks (2019) não será erguida neste trabalho, na qual opto por decolonização. Para ver mais (VERGÈS, 2020).

<sup>6</sup> (COLLINS, 2019; FIGUEIREDO, 2020).



consonância com o que a também literária e poeta estadunidense Audre Lorde (1934-1992), entende-se:

Para aquelas entre nós que escrevem, é necessário esmiuçar não apenas a verdade do que dizemos, mas a verdade da própria linguagem que usamos. Para os demais, é necessário compartilhar e espalhar também as palavras que nos são significativas. Mas o mais importante para todas nós *é a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e as quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos*. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento (LORDE, 2020 [1977], p. 54-55, grifo nosso).

Portanto, a Escrivivência não restringe-se por si não como ferramenta de ofício ou metodologia de pesquisa, mas como cartografia subjetiva que estanca os silêncios impostos pelas sistematizações coloniais, e transforma em ação a linguagem, representações e palavra (hooks, 2019; LORDE, 2020), produzindo territórios psíquicos e escritos.

### **A PRODUÇÃO DE BECOS: O QUE FAZ UM TERRITÓRIO (SER) NEGRO?**

O geógrafo Alex Ratts (2011, p. 1) escreve que pesquisadores das relações raciais têm “pensamento geográfico, com formação acadêmica ou não em Geografia”, uma vez que debatem os acessos, a circulação nos espaços públicos e privados e lugares impostos para e reivindicados pela população negra. Partindo desse ponto, observando o campo das relações raciais como polo transversal nas ciências sociais, humanas e exatas, e do feminismo negro como amêgo deste artigo, introduzo algumas concepções sobre território e diálogos com o território de Becos da Memória.

Para Gottmann (2012), o território é o espaço geográfico balizado pela jurisdição de um governo, uma “conexão ideal entre espaço e política” (p. 523). Dentro do campo da gestão urbana, território e territorialidade não são pensados apenas pelas delimitações espaciais, mas como implicações sociais que controlam acessos e não-acessos (SANTOS et al, 2012). Dessa forma, mesmo conveniente aos juristas e governos, um território não é por si a priori; Milton Santos (1987) detém de um conceito de território e o apresenta como um componente que prescinde o direito à cidadania. Defende que,

o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade aos bens e serviços sem os



quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. (SANTOS, 1987, 144).

Mesmo que fundamentar a concepção de territórios a partir das epistemologias feministas negras nos empenhe a remontar as conceituações e sentidos a partir de uma perspectiva histórica mais ampla, interesse-me para a seguir a premissa de Milton Santos (1987) e o direito à acesso de direitos, mas também de Azânia Romão Nogueira, geógrafa negra e catarinense, que escreve acerca de territórios negros, pensado desde sua matriz conceitual mas também a partir dos processos urbanos que o constroem (2018). Concomitante com Azânia, não pretendo com esta pesquisa

fazer um “recorte” ou apontar a presença negra como dissociada da identidade nacional, considerando que a população negra é majoritária no Brasil, como apontado pelo Censo Demográfico de 2010, dessa forma, ele próprio pode ser considerado um território negro, mas perceber como as relações raciais se apresentam na formação socioespacial. (NOGUEIRA, 2018, p. 206).

Entretanto, para dimensionar o que são territórios negros, convém explanar sobre racismo e suas facetas na na sociedade brasileira, que tanto aparecem na favela descrita por Maria-Nova.

Abdias do Nascimento explana em “O genocídio do negro brasileiro” (2016) que em 1899, o então ministro das finanças Rui Barbosa, mandou incinerar registros financeiros, estatísticos e demográficos sobre o tráfico negreiro e escravidão. A raça, esta “discussão proibida” é apresentada por Silvio Almeida (2019) conceitualmente como um termo variável, não fixo. Tal variedade do está atrelada às circunstâncias históricas e, portanto, é um conceito relacional. Peitar o mito alegórico que apresenta o Brasil como um país com democracia racial é compreender como a estrutura racial e o racismo configuram-se na contemporaneidade.

Pensa-se, portanto, no conceito de raça a partir do século XVI, produto das expropriações mercantilistas em Áfricas e Américas, um fenômeno historicamente construído (ALMEIDA, 2019; CARNEIRO, 2011). Num contexto pós iluminismo e colonização, “o espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de objeto filosófico, o homem passou a ser objeto científico” (ALMEIDA, 2019, p. 20). No decorrer da trajetória, o negro sempre esteve no lugar de outro violado – seja escravizado ou o



objeto para ciência. No imaginário onde a branquitude<sup>7</sup> vale mais, simbólica e monetariamente, produz-se a ideologia racista. Nega-se aqui, também, o direito à memória.

Uma vez que estrutural e estruturante nas identidades, relações e instituições, convém pensar o racismo enquanto demarcador de territórios. Azânia (2020) coloca que territórios negros são pensados como a materialização da resistência negra nos acúmulos de fatos históricos diversos: colonização, higienização, gentrificação dos espaços.

Em Becos, o personagem Cabo Armindo é apresentado como quem mora numa área privilegiada da favela. Residir no “centro de um terreno enorme” (p. 46) o colocava em maior contato com os bairros brancos. Para que a vida seguisse tranquila, conforme conta Maria-Nova, havia um acordo tácito entre os favelados e a vizinha rica: que houvesse água, trabalho para as mulheres e crianças e o respeito ao local. Sintetizo, portanto, o cenário de Becos da Memória como um território negro (NOGUEIRA, 2018; 2020), e como tal, ameaçado - o projeto de desfavelização no texto é o enredo da história.

Projeto de política desde a República, que propunha um Brasil moderno, urbanizado e embranquecido. Expulsar a comunidade do seu território está como um movimento ímpeto pelo capital de terra, convencido de que a erradicação - da população negra, indígena, pobre e periférica - beneficiará o desenvolvimento econômico do macroespaço, comum às grandes capitais brasileiras. Esse ciclo modernizador da periferia segue os desejos coloniais de transformar o país num espelho da Europa, dinamizando os lugares como vistas da antiga sociedade e de interesse das novas. Uma organização, diga-se de passagem, segregatória. (CARNEIRO, 2011; DELGADO, 2015).

Entretanto, aponto que esta cadência de fatos é possível de visualizar dado o lugar de onde falo. Lélia que nos afirma que “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (GONZALEZ, 2020, p. 76). Observar os territórios negros como produtos do racismo e as dialéticas que ali se engendram, implica justamente nas contínuas articulações e almejos de vida mútua. Em Becos, essas vidas são parteiras, donos de botequim, prostitutas, empregadas domésticas, lavadeiras. Corpos que organizam sistemas de auxílio, a citar Bondade, contador de histórias que tinha um canto em todas as casas (EVARISTO, 2017). Nestas

---

<sup>7</sup> Para compreender o conceito de Branquitude (SCHUCMAN, 2012).



encruzilhadas que garantem a sobrevivência, deduzo os territórios negros como os espaços de insubmissão que mantêm-se coletiva e politicamente, sobretudo por corpos.

O corpo enquanto território e deste território enquanto chão pisado por corpos que o constituem é dialogado na América Latina desde os movimentos sociais, das identidades que o fazem e das lutas que instrumentalizam (HAESBAERT, 2020). Tio Totó, são, salvo e sozinho na outra banda do rio, ilustra esta intrínseca relação, quando nos seus noventa e tantos anos, questiona quais os inícios depois do fim do lugar que o recebeu como casa: “Maria-Nova, para que sirvo? A favela acabando, por que tenho de ir com vocês? Por que não parar aqui? Meu corpo pede terra.” (EVARISTO, 2017, p. 49).

Neste escrito por Conceição, onde vivem Vó Rita, Mãe Joana, Tio Totó, Maria-Velha, Cidinha-Cidoca, Bondade, Negro Alírio, Ditinha, Filó Gazogênia, Maria-Nova fala da dor de ver a miséria se repetir em todas as histórias, onde os seus “quase nunca eram os vencedores, e sim, quase sempre, os vencidos, a ferida dos do lado de cá ardia, doía e sangrava muito.” (EVARISTO, 2017, p. 63). Da vida que continua como um rio em remanso, a pessoalização destas vivências me remete, conluo ao território de Maria-Nova como um território-corpo.

### **BECOS, MEMÓRIAS E IMBRICAÇÕES: ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE AÇÃO**

Nos corpos-territórios que contornam a história de Becos da Memória, são narradas as marcas ambivalentes que coexistem no cotidiano: Havia a ameaça do despejamento e a insistência de construir os lares; Havia a fome e as hortas plantadas compartilhadas; Havia o desespero e as festas; Havia o luto e novas vidas nascendo. A vida, essa que é contada como única, mesmo com as diferenças, a considerar a indigência que afetava todos em maior ou menor grau. Tópicos que não estão para que se romantize as dores, mas para que se desafie os estereótipos das produções de subjetividades nas favelas.

Por se tratar de uma escrevivência, denunciam um Brasil e suas mazelas. Desde Maria-Nova nos anos 1950, o que foi feito para que os direitos à vida, os direitos fundamentais e os direitos humanos fossem garantidos? De que forma as vulnerabilidades são trabalhadas? Os vínculos familiares e comunitários que fortalecem-se e os modos de sobrevivência autonomizados são escutados pelo setor público?



“As pessoas estavam num desespero tal, que queriam de qualquer forma abreviar o sofrimento. Havia famílias que, quando o caminhão de mudanças aparecia, elas mesmas se ofereciam para ir. Ficar ali tinha se tornado um inferno. O bicho pesadão campeava durante todo o dia e, nas noites de estrelas iluminando a terra, a fera campeava pelo tempo adentro e tudo era poeira e desespero. Havia ainda a escassez, a falta d’água. Em algumas construções do bairro vizinho, à noite, o rondante dava aos favelados algumas latas d’água. Era um exercício cansativo. Andávamos, muitas vezes, quase uma hora com uma lata na cabeça e outra dependurada nas mãos. Ao amanhecer, estávamos extenuados. Ninguém reclamava mais. Acreditávamos que nada mais havia para se fazer. As três únicas torneiras públicas que ainda existiam passaram a jorrar pouca água durante poucas horas do dia. As lavadeiras começaram a perder a freguesia. Os que resistiam não sabiam como e por quê (EVARISTO, 2017, p. 156).

As trajetórias de vida não se pensam descoladas da construção histórica da sociedade brasileira. São permeadas por violências sistêmicas, olhares estereotipados e uma operatoriedade sobre seus corpos que dispõe condições de poder (MONDARDO, 2009).

Os fatores socioeconômicos imbricados com marcadores de raça e gênero são desenvolvidos a contar do período colonial. Esse, forja crenças e indica quais corpos são racializados e generificados e, daí, institui valor - monetário e simbólico - neles (VEIGA, 2019). Nessa dialética, as mulheres negras desde a escravidão são posicionadas na submissão, mas, cabe dizer, não na passividade. Gonzalez (2020) aponta que as escravas realizavam trabalhos variados: mão de obra rural, mucamas, amas de leite, o trabalho reprodutivo. Porém, como dito, não eram passivas; as mesmas mulheres escravas também reagiam às violações, seja como líderes de revoltas, sendo no limite de suicidaram-se grávidas para que “o filho que trazia em seu ventre não tivesse o mesmo destino que ela” (GONZALEZ, 2020, p. 53).

É no centenário da abolição no Brasil que a Assistência Social se inaugura enquanto política pública, fato não aleatório. Lélia Gonzalez, ao discursar na Constituinte, em 1987, evoca que:

Falar de sociedade brasileira, falar de um processo histórico e de um processo social, é falar justamente da contribuição que o negro traz para esta sociedade; por outro lado, é falar de um silêncio e de uma marginalização de mecanismos que são desenvolvidos no interior desta sociedade (GONZALEZ, 2020, p. 244-245).

Na matriz das políticas de Assistência Social há muitos paradigmas que se configuram, renovam e, muitas vezes, se repetem. Filantropia, caridade e assistencialismo



desde o Brasil Colônia existem como práticas orientadas por valores religiosos, deveres morais e populismos: não satisfazia necessidades básicas e não rompia com o laço hierárquico, nem com os critérios de classificação racial que defendia quem eram humanos e não humanos, e quais corpos o Estado deveria tutelar e controlar.

A filantropia está no Brasil diretamente associada à prática religiosa cristã. Compreendida enquanto ação de amor ao próximo, se constituiu circundada por esse apoio sentimental desde o século XVIII e conservou papéis de gênero típicos das sociedades ocidentais, pautados na ética do cuidado e na maternagem. As condicionalidades impostas pela lei aos benefícios socioassistenciais e as responsabilidades que recaem sobre as mulheres, numa cultura de repatriarcalização neste âmbito da vida também e que mesmo em governos mais progressistas, não se rompeu. Inseridas nas elites políticas do país, as altruístas, benevolentes, maternais, eram mulheres que tinham da filantropia seu modo de inserção social – as primeiras-damas (OLIVEIRA, 2018).

No período pós Proclamação da República, os dispositivos filantrópicos aconteciam através de espaços médicos e jurídicos ligados à infância, quando o país em decadência econômica, via seu plano de Estado burguês falhar frente os altos índices de mortalidade infantil (OLIVEIRA, 2018; SANGLARD e FERREIRA, 2014). Na repetição de narrativas caritativas num projeto de país que desde a constituição republicana se pretendia laico, infância e maternidade ganham espaço enquanto pauta política.

Cabe situar que o período que marca a nova República do país é concomitante à Lei que, em tese, encerra a escravidão – a Lei Áurea. A abolição, que não inaugura a desigualdade, realoca os espaços onde a população negra – agora “livre” – se encontra territorialmente, nos discursos econômicos e científicos. O projeto de imigração europeia formava arranjos camponeses onde os negros mantinham-se, conforme a herança escravista, “abrindo fronteiras ou fechando portões”. Em áreas urbanas, a mesma população negra desqualificada do trabalho operário, trava sindicalmente disputas por contratos, moradias e salários.

Mas o processo de industrialização fomentou a desigualdade no plano Estatal, agora na sanha do assalariamento. A população que deixa de ser escravizada, agora é desempregada, e a pobreza passa a contar, no início do século XX, como estatística de “risco social” (JACCOUD, 2009). O Estado empenha-se, logo, na proteção social como alternativa para ascensão e reconhecimento do país enquanto polo de desenvolvimento.



Porém, reforça-se o laço do projeto de branqueamento: apenas poderiam acessar dispositivos de proteção social e dispositivos de saúde públicas quem possuía trabalho.

Embora consolidada como a integração do Estado com a sociedade civil, a realidade mostra atuar na reprodução de suas raízes conservadoras e coloniais. No bojo das ações filantrópicas, na história da Assistência no Brasil encontra com a Legião Brasileira de Assistência (1942-1995), fundada pela então primeira-dama Darcy Vargas (1895-1968) e outras mulheres brancas de classe média alta, que se dedicavam ao trabalho voluntário a mulheres mais pobres e famílias de patriotas (COSTA, 2017). Numa essencialização da feminilidade e da maternidade, dentre os objetivos “caridosos”, estava a demarcação dos papéis de gênero.

Papéis de gênero, ressaltado, embranquecidos, importados do norte global e atualizados pelo processo colonial. Estes confinam algumas mulheres em alguns papéis, cisheteronormativos, pautados no cuidado enquanto labuta não reconhecida e muito menos remunerada. Mas aqui, em terras colonizadas, não são todas as mulheres que são lidas desta forma. As negras e indígenas estavam de fora dessa moldura normativa e seguiam sendo controladas por meio de outros dispositivos.

Na promulgada Constituição Federal de 1988, dispõe-se na Política de Seguridade Social o direito à Assistência Social, junta do direito à Saúde e Previdência. Esta aparece como a área que “será prestada à quem dela necessitar” (BRASIL, 1988, p. 123), organizada por ações governamentais com participação popular. Dada às competências do Poder Público, seria garantido pelo Estado a universalidade de cobertura e de atendimento.

No efervescer do despejamento de Becos, Negro Alírio insistia em não sair da área, dizendo que saíria apenas com a última leva dos caminhões. Maria-Nova conta dessa gana como uma transgressão da imposição, salientando a importância de falar, mesmo que a situação fosse irremediável. Mas era preciso que as pessoas pelo menos falassem. Que todo mundo fizesse uma voz única em coro, que fosse capaz de produzir um som eternamente audível, ressoando os lamentos e os direitos sonogados de todos” (EVARISTO, 2017, p. 165). A instituição da Política Nacional de Assistência Social no Brasil se dá de maneira semelhante.

Dentro do campo legislativo, faz-se a partir da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993). A LOAS regulamenta a organização da Assistência Social que, redefinida legalmente, assume um



status jurídico e político que lhe confere um paradigma próprio centrado na cidadania, assumindo uma identidade que a introduz nos debates acadêmicos, parlamentares e nas agendas governamentais e da sociedade civil (PEREIRA, 2007).

Transformou-se igualmente em objeto de estudos e pesquisas de grupos simpatizantes (e até militantes) e em “espinha atravessada na garganta” de liberais e conservadores que, até hoje, não a reconhecem como direito devido. Enfim, contrariando previsões pessimistas e preconceitos arraigados, e remando contra a corrente neoliberal dominante, a assistência social vem, desde o início da década de 1990, constituindo-se, ironicamente, em importante espaço de construção de projetos sociais contra-hegemônicos (PEREIRA, 2007, p. 65-66).

Como Lei Federal, a LOAS seguindo suas diretrizes de descentralização político-administrativa, promove em onze anos de trabalho, a implementação de secretarias próprias dentro dos municípios (BRASIL, 2005). Associada à outras políticas sociais e econômicas, a Assistência Social passa a demandar “conhecimento próprio, gestão qualificada e ação competente” (PEREIRA, 2007, p. 66), com os atributos de não ser encarada como

[...] mera distribuição de benefícios e serviços, mas como uma unidade de mecanismos diversos, interligados entre si, que vão desde a compreensão e estudo da realidade, o planejamento, a definição de opções, a decisão coletiva (geralmente conflituosa), até a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações. E isso exige aparato legal e institucional, recursos materiais e financeiros, além de pessoal qualificado a serviço do interesse público (PEREIRA, 2007, p. 66).

Por não ser possível trabalhar isolada das mudanças de conjunturas políticas e da implicação dos trabalhadores, em 2003, após as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, implementa-se em 2004 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social, a PNAS antecede a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e redesenha os objetivos, princípios e diretrizes presentes para a área referida. Dentre os objetivos e diretrizes da PNAS, a família aparece como o núcleo de onde a proteção social deve sair e retornar. A centralidade na família e em seguida da maternidade no âmbito da assistência social, apresentam-se como uma mudança da



política uma vez que agora não apenas o indivíduo é o usuário, mas a complexidade sociofamiliar.

Na extensão dessa função normativa, o Serviço Social, como profissão com destaque na política de assistência social e em suas primeiras escolas no Brasil na década de 30, “passa a ser demandado como profissão do disciplinamento e da responsabilização das esperadas “mulheres-mãe”, vistas como incapazes” (COSTA, 2017, p. 229), a visibilidade do Serviço Social distingue-se, entretanto, da atuação na assistência social. Mulheres-mãe, composta majoritariamente por mulheres negras, uma vez que, situadas no recente contexto pós-escravista, as famílias mais pobres e “desconfiguradas” – dado o advento da matriarcalidade – eram as famílias negras. Demarca-se, já aqui, a transversalidade de gênero e raça na construção da política de Assistência Social.

É pela participação popular que o SUAS se integra na sociedade brasileira e operacionaliza o que foi previsto anteriormente na LOAS e na PNAS. Pelo SUAS que se sistematiza:

[...] *como* os serviços, benefícios, programas e projetos previstos na LOAS e na Política vão ser organizados e oferecidos; *onde* podem ser encontrados; *que* pessoas ou grupos sociais terão acesso a eles e *sob quais* critérios, *que* padrões de atendimento vão ser definidos; *como* serão realizados, fornecidos e utilizados os estudos e diagnósticos que embasaram os atendimentos; e *de que forma* será feito o acompanhamento e a avaliação do próprio sistema e de seus resultados e impactos (PEREIRA, 2007, p. 69).

A partir da PNAS, a Assistência Social passa a ser definida como política de proteção social. Para efetivação desta política, portanto, deliberou-se necessário elaborar visões conceituais desde as análises situacionais brasileiras. Ao entender que “a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”, bem como “que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia” (BRASIL, 2005), leva-se em conta três vertentes de/para proteção social: às pessoas, as circunstâncias e sua rede de apoio. Emerge desde as múltiplas singularidades de cada família e domicílio a concepção de território.

Na favela de Becos, as necessidades eram incontáveis. A passagem temporal da história que aproxima o “bicho pesadão” - caminhões de despejo - das famílias, ressalta os já existentes e cava novos buracos de indigência. A falta de abrigo acompanha a fome, a falta de vestimenta para aguentar as mudanças climáticas, as doenças que ocasionadas por tal. As preces destinavam-se para que o tempo mudasse, feitas por Mãe Joana, que



“sabia fazer simpatia para o sol aparecer” (EVARISTO, 2017, p. 139). A grande ironia era: a chuva derrubava as paredes dos barracos, mas parava os trabalhos do despejo; com o sol, a ameaça do desfavelamento aproximava-se.

A chuva que durou meses sem tréguas esboça como os vínculos comunitários do território de Becos são maiores que a divisão de comida e moradia. À medida que a água caía, medrava-se esperança. “Sonhávamos”, dizem Tio Totó, Maria-Nova e Bondade. Sonho esse de que o processo de despejo interrompesse, numa “réstia de luz, um sol esperançoso, de que o território em que estava plantada a vida de todos poderia ser para sempre deles” (EVARISTO, 2017, p. 141).

A abordagem territorial, territorialização da ação (DEGENSZAJN *et al*; 2011; PEREIRA, 2007), são conceitos peculiares da política de proteção social. Isso porque, pelo extenso tamanho do território brasileiro, fez-se necessária a divisão dos municípios dado o número de habitantes; uma configuração tanto para fins de dados analíticos, como para que fossem reconhecidas dinâmicas distintas nas populações. Dentre essas populações, inclusive, ressalta-se na PNAS, a visibilidade estatística de comunidades invisibilizadas: “população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência” (BRASIL, 2005).

“A favela era grande e havia de durar muito mais”, inscreve Conceição (2017, p. 116). Esse espaço de acolhimento e convivência é a sobrevivência de uma parcela populacional onde o Estado não chega. A participação social e os vínculos, logo, se fazem para além do controle social, entendendo as forças políticas que lá existem e dos afetos que nesse modelo instituído para a participação social não é possível aparecer.

A concepção de proteção social básica na PNAS diz das filiações que tem como objetivo “prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005). Ela é destinada à população em vulnerabilidade social (pobreza, privação ou precarização de renda, falta de acesso aos serviços) ou com vínculos afetivos fragilizados (violências relacionais e nas representações sociais) e preestabelecer o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais que deem subsídio à essas demandas. Através do prognóstico territorial, espaços de acolhimento e convivência se articulam para trabalhar com a comunidade.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB/RH-SUAS, indica que nas equipes de referência haja assistente



social e psicóloga no manejo da proteção social conjuntamente. Ressalta-se essa prática em consonância o Compromisso Social da Psicologia no trabalho para manutenção e garantia das políticas públicas, compreendendo-o como o engendramento da prática com o discurso, esse se faz a partir da movimentação militante-teórica nos anos 1970 na América Latina. Um novo projeto foi configurado à Psicologia Social, na busca por torná-la “acessível à maioria da população, com uma oferta de serviços e conhecimentos que contribuíssem para a construção de melhores condições de vida no país” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 352).

Todas as articulações e políticas são ressaltadas com os processos de desmonte do SUAS. Maria-Nova, embora numa época pré-política de assistência, demonstra como esse processo não é aleatório ou recente. Os bichos pesadões continuam acontecendo. Atropelam lares, vida digna, deixam para a morte, apelam aos desaparecimentos, acirram os controles, vigilâncias e punições. Mas, assim como Negro Alírio, não fugiremos. Os trabalhadores da Psicologia na Assistência Social estão como uma ferramenta que pode ser utilizada para identificar as carências e lacunas e, pelas alternativas grupais, atuar para que, assim como ocorre com Cidinha-Cidoca, não se morra de não viver.

Da heterogeneidade dos territórios-corpos no Brasil e suas desigualdades históricas, se postula como imprescindível construir ações territorialmente definidas dentro da referida política. E mais, enquanto espaços de disputa – uma vez que o território é também compreendido como representação de poder, capital e simbólico – prezar pela análise territorial na práxis da Assistência Social é zelar pela história e pela cultura de comunidades tantas. A vida não pode se gastar de miséria e na miséria.

## CONCLUSÃO

Em tempos de finalizar o trabalho, lembrei da música Tristes Trópicos de Itamar Assumpção (1994):

*O trópico tropica  
E Maranhado no trambique  
A treta frutifica  
E tritura todo o pique  
A trapaça trina e troa  
E extrapola cada dique  
O tratado é intrincado  
Destratado é truque chique*



*O grito atravancado  
Tranca até que eu petrifique  
Tristes gregos e troianos  
Desbragado piquenique*

A letra me remete à Maria-Nova e os tratos que ela toma para a própria vida: de um dia narrar, soar, soltar as vozes, murmúrios, silêncios, gritos abafados que existiam. Pela escrita, ela - Maria-Nova, a Conceição Evaristo, ousou trinar as trancas que desolou a vida da comunidade e de sua família. A escrevivência é um troar.

Trago aqui mais afetações que conclusões deste trabalho. Ouço em orientação que as pesquisas são abandonadas, não finalizadas. Reforço e partilho este ponto pois, analisar em 2021 uma literatura que explora e expõe a miséria junto da política de assistência social que, em tese, se faz para que esta não exista, traz sensações contraditórias. Isto porque, os caminhões continuam chegando de manhã até tarde da noite levando todas as famílias.

Famílias que sobrevivem em territórios em oposição mercadológica, que ocupam praças, centros, universidades e mercados editoriais e não morrem antes de precisar começar novas vidas noutros locais que não as margens impostas. Territórios-corpos que não morrem de não viver, mesmo pelejando. Esses, negros, feminilizados, transexuais, não submissos, são os territórios-corpos dos becos, mas também da história do Brasil.

Os caminhões seguem derrubando corpos-territórios, sim. A desfavelização, esse plano de retirada dos ambientes afetivos, toma dimensões variadas. No país que subsidia os desmontes ao Sistema Único de Assistência Social, financia a morte de lideranças negras, sustenta-se como um governo de lutos, há aquilo que Tio Totó, nascido da Lei do Ventre Livre e Negro Alírio salientam: a esperança não é apática, mas concretiza-se na luta. A pergunta que percorre o trabalho, o que são territórios negros, responde-se aqui.

Para as memórias há a inventividade da Escrevivência e suas possibilidades enquanto ferramenta metodológica, mas também como cartografias subjetivas, possibilidades de vir-a-ser. Produções de si mesmo por uma via que não é apenas interativa e determinante desde as relações, mas das impressões do território-corpo narradas, como Maria-Nova o faz, Bondade e Vó Rita o fazem. Memórias que se fazem

de olhos abertos ao mundo, às pessoas e às vozes. Ver o que se escuta, como tatearam os moradores de Becos o escuro dos *buracões*, e erguer-se.

Caminhos possíveis são as políticas públicas, que são construídas pelas lutas dos movimentos sociais, a Psicologia crítica, que se compromete com o campo socioeconômico-político, e o feminismo negro, que estimula a formação de redes populares e ativas contra as opressões, pois não me faria sentido de outra forma.

A importância de escutar as Escrivências é crucial à Política de Assistência Social pois é, sobretudo, uma resposta da sua efetivação. E à Psicologia Social, que pode aprender como, mesmo em territórios onde as políticas de desenvolvimento urbano são sucateadas, guiadas por uma ordem necropolítica de cidadania, há sujeitas desejanças de sua história e de condições dignas de vida para seus filhos e filhas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ASSUMPTÃO, Itamar. *Tristes Trópicos* (feat. As Orquídeas do Brasil). São Paulo: Baratos Afins, 1994. Disponível em: <https://youtu.be/x4M1Sx1gmho>
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988*. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 07 jul 2021
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, 2005.
- BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm). Acesso em: 07 jul 2021
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: *Selo Negro*, 2011
- COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, J.B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2019
- COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 38, p. 227-246, maio 2017. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_38\\_art\\_12\\_Costa.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf). Acesso em: 02 maio 2021.
- DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; MARTINELLI, Tiago; CHIACHIO, Neiri B.. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: uma realidade em movimento. In: *V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2011, Maranhão. Anais [...] . Maranhão: UFMA, 2011. p. 1-33.



EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Escritoras mineiras: poesia, ficção, memória*. Belo Horizonte: Fale/Ufmg Belo Horizonte, 2010. p. 11-19. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/eventos/vivavoz/Escritoras%20Mineiras.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/Escritoras%20Mineiras.pdf). Acesso em: 07 nov. 2021.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. “Gênero e Etnia: uma escre(vivência) da dupla face”. *Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora*. (ed.) Nadilza Martins de Barros Moreira and Diane Schneider. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 201-212.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D’água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. São Paulo: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 112-126.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 29-47, ago. 2012. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: FOME, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À (org.). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Unesco, 2009. p. 57-86. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protECAOSocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protECAOSocial.pdf). Acesso em: 08 ago. 2021.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em imagem e em ação. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 51-56.



MACHADO, Bárbara Araújo. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. *História Oral*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 243-265, 2014. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/343>. Acesso em: 9 nov. 2021.

MIRON, Alessandra Xavier; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: possíveis articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 349-362, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: *Paz e Terra*, 1978.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A CONSTRUÇÃO E APAGAMENTO DE TERRITÓRIOS NEGROS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.1.], v. 12, n. 34, p. 157-181, nov. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1135>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E ESPACIAL DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. *Revista de Geografia*, Pernambuco, v. 35, n. 1, p. 204, 22 jan. 2018.

OLIVEIRA, Taiana de. *Relações de gênero e primeiro-damismo: as experiências da legião brasileira de assistência (1940-1950)*. 2018. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. *Ser Social*, Brasília, n.20, p.63-83, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://seer.bce.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/251/1624](http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/251/1624)>. Acesso em: 08 ago. 2021.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: Dp Et Alii, 2012. p. 216-243. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/pGxhfrq8GCrNr4GFrnNKXKt/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SANTOS, Ana Paula de Pádua; GAVRILOFF, Ana Carolina Martins; FRAGA, Nilson Cesar. ENTRE A TEORIA E A REALIDADE: o conceito de território e territorialidade e sua aplicação no planejamento urbano: uma breve análise de aproximação. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 2, n. 7, p. 69-84, dez. 2012.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: *Nobel*, 1987

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 07 jul. de 2020.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando uma psicologia: notas para uma psicologia preta. *Fractal, Rev. Psicol.* Rio de Janeiro, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Nov. de 2020.



*Recebido em: 10/12/2021*

*Aprovado em: 20/09/2022*